REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

“A Glória dos Tempos de Outrora”: Uma reflexão sobre a poesia heroica em inglês antigo como panegírico dinástico nos séculos IX – X.

“The Glory of Days of Yore”: A Reflection on Old English Heroic Poetry as Dynastic Panegyric in the 9th – 10th Centuries.

Elton Medeiros[1]

Resumo: O artigo analisa os poemas *Beowulf* e *Judite* (Manuscrito Cotton Vitellius A. XV) como instrumentos de exaltação da Casa de Wessex durante o processo de unificação da Inglaterra. A hipótese central propõe que estas obras não são meros “entretenimentos”, mas, também, panegíricos dinásticos que adaptam tradições de fundo germânico e cristão para legitimar o poder régio frente às invasões vikings e à reestruturação social do período alfrediano. O estudo cruza fontes poéticas com registros da *Crônica Anglo-Saxônica* (especialmente a “Crônica de Athelflæd”) e documentos legislativos.

Palavras-chave: Poesia em Inglês Antigo, Beowulf, Panegírico Dinástico.

Abstract: This article analyses the poems *Beowulf* and *Judith* (MS Cotton Vitellius A. XV) as instruments for the exaltation of the House of Wessex during the process of the unification of England. The central hypothesis proposes that these works are not mere “entertainment”, but also dynastic panegyrics that adapt Germanic and Christian traditions to legitimate royal power in the face of Viking invasions and the social restructuring of the Alfredian period. The study crosses poetic sources with records from the *Anglo-Saxon Chronicle* (especially the “Annals of Æthelflæd”) and legislative documents.

Keywords: Old English Heroic Poetry, Beowulf, Dynastic Panegyric.

Introdução.

Alfred o Grande, rei de Wessex (c.871-899) é uma figura de suma importância para a história inglesa e é vital para a compreensão de todo o processo que resulta no nascimento do reino da Inglaterra. Além disso, suas iniciativas culturais e administrativas irão nos proporcionar um volume documental que corresponde à boa parte do material

[1] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto de História Medieval da Universidade Federal do Paraná. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

que temos hoje disponível para o estudo do que chamamos de *período alfrediano* (séculos IX ao XI).

O *período alfrediano*, é bom reforçar, se caracteriza por três aspectos fundamentais: a) a retomada dos territórios ocupados pelos invasores escandinavos e seus descendentes e a consolidação do poder de Wessex sobre todo o território da Inglaterra, b) a reorganização social anglo-saxônica, especificamente da aristocracia que foi fragmentada durante os anos de ataques vikings e c) a reorganização espiritual cristã do mundo eclesiástico e laico, que também havia passado por um período de crise.

Em termos gerais, seus marcos históricos principais são a ascensão do rei Alfred ao trono de Wessex (c. 871) e sua reorganização sociopolítica da Inglaterra. Começa assim a primeira fase[2] do *período alfrediano*: marcado pela conquista e subjugação dos territórios que estavam nas mãos dos escandinavos (a *Danelaw*), tendo prosseguimento com seu filho Edward o Velho, e seu neto Athelstan. Culminando com a unificação da Inglaterra e a consolidação do poder político de Wessex sobre todo o reino a partir de 937. A partir de então inicia a segunda fase[3] do *período alfrediano*. Com uma política interna fortalecida e centralizada, um exército permanente consolidado e preparado, culminando com o governo do rei Edgar. Entretanto, seu fim é marcado por conflitos que, entre outras razões, surgem devido a rivalidades durante a reforma beneditina na Inglaterra. O que prejudicará o governo do rei Æthelred II (c. 978 – 1016). Levando a um novo enfraquecimento político, fragilidade frente à nova onda invasora escandinava e a coroação do príncipe dinamarquês Cnut no trono inglês em 1017, resultando no fim do *período alfrediano*.

No início da década de 870, mais da metade da Inglaterra se encontrava sob a ocupação de conquistadores nórdicos. Reinos haviam sido invadidos, casas reais extintas e sua aristocracia remanescente fragmentada. Um ponto que necessitava de urgência era reunir o que havia restado dos demais reinos e reestruturar esta sociedade como um único reino anglo-saxônico e cristão. Dentro do pensamento alfrediano, a proposta seria uma nova postura espiritual. A ideia de que assim como os bretões foram punidos por Deus com a chegada dos anglo-saxões (por terem se afastado da verdadeira fé), agora eles estariam sendo punidos com a chegada dos nórdicos. Para promover essa reforma

[2] Que se estenderá do final do século IX até meados do século X.
[3] Se estendendo de meados do século X até o início do século XI.

espiritual, ocorre a elaboração de um ideal de modelo social cristão de inspiração veterotestamentária e um mito de origens que legitimaria o poder do governante e o destino do reino através de três elementos[4]: a) o conceito de um *populus Israhel*, utilizado de modo a fazer com que os anglo-saxões fossem os herdeiros espirituais dos hebreus do Velho Testamento e a Inglaterra o Novo Israel (conceito oriundo de pensadores da Antiguidade tardia e que é introduzido na Inglaterra através de obras como as de Gildas, Beda e Alcuíno de York)[5]; b) a linhagem sagrada da Casa de Wessex, a elaboração de uma genealogia sagrada da casa real através de uma suposta herança noaquita na qual seus reis seriam descendentes dos antigos heróis do mundo germânico, dos patriarcas bíblicos e de um suposto e apócrifo quarto filho de Noé, criando assim uma linhagem singular e uma ligação diferenciada com Deus[6]; e c) a busca pela Sabedoria como o único e verdadeiro caminho para a Salvação. E dos três pontos citados, o último seria o que dava sustentação e legitimidade aos dois primeiros. Esta busca pela sabedoria era o único caminho para se chegar ao Senhor e à ordem do mundo, como se pode ver na passagem do capítulo XVI da versão em inglês antigo da *Consolatio Philosophiae:*

> *“Estude a Sabedoria então, e, quando você a tiver compreendido, não a despreze, pois eu lhe digo que por meio dela você poderá atingir sem falhas o poder, sim, mesmo que não o esteja desejando. Você não precisa se preocupar pelo poder nem se esforçar atrás dele, pois se você é apenas sábio e bom ele o seguirá, mesmo que você não o busque”* [7].

A Sabedoria seria não só a qualidade suprema para o governante, como também seria seu dever buscá-la. Sendo assim, seus súditos (em especial aqueles ligados diretamente à administração do reino) também deviam seguir o mesmo exemplo. Alfred não buscava a Sabedoria apenas para si, mas também para seus súditos, mesmo que isso fosse uma imposição para eles. Deus o havia incumbido com poder físico e espiritual para que ele zelasse por seu povo e era isso que ele deveria cumprir:

> *“Eu estou chocado com esta arrogância de vocês, uma vez que através da autoridade de Deus e da minha própria vocês desfrutaram do posto e da posição de homens sábios, ainda assim vocês negligenciaram o*

[4] MEDEIROS, Elton O. S. “Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica”, *Mirabilia,* n. 13, 2011a, pp. 134-172.
[5] SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, pp. 101-191.
[6] ANLEZARK, Daniel. “Sceaf, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons”, *Anglo-Saxon England*, vol. 31, 2002, pp. 13 – 46.
[7] SEDGEFIELD, 1900, p. 35 (doravante, caso não seja explicitado, todas as traduções do inglês moderno e do inglês antigo são de nossa autoria).

> *estudo e o uso da sabedoria. Por esta razão, eu ordeno que vocês abandonem imediatamente o poder terreno dos cargos que possuem, ou então se dediquem mais atenciosamente em busca da sabedoria”*[8].

Renascimento Cultural e Propaganda Alfrediana.

A exemplo de Carlos Magno, Alfred de Wessex teria reunido em sua corte homens sábios e estudiosos remanescentes dos reinos vizinhos e do continente. Não se sabe ao certo quando isso se deu, mas supõe-se que não antes do início da década de 880[9] – devido aos conflitos e a situação política da década de 870 – e após a vitória sobre os vikings na batalha de Ethandun (c. 878).

Dentre as obras escolhidas para sua reforma encontram-se, por exemplo, a *Regula Pastoralis* de Gregório Magno e a *Consolatio Philosophiae* de Boécio. Cujas traduções para o vernáculo, assim como dos demais *textos alfredianos*,[10] são atribuídas ao próprio rei Alfred. Pode-se dizer que estas duas obras, juntamente com os *Salmos*, seriam escolhas naturais para qualquer clérigo e homem letrado do século IX [11].

Coetâneo a essa mesma produção intelectual vinculada supracitada, temos também a produção poética em inglês antigo. Tal cultura literária escrita na Inglaterra Anglo-Saxônica precede o *período alfrediano* e nasce com a chegada do cristianismo e a introdução de uma cultura letrada.

Contudo, quando os primeiros missionários chegaram à Inglaterra, os anglo-saxões possuíam uma tradição oral, com composições em versos aliterativos usadas em suas narrativas a respeito de um passado de fundo germânico.[12] Tradição essa que foi assimilada e transformada pelo novo contexto sociocultural que se anunciava com a cristianização. Assim, podemos dizer que as origens da poesia anglo-saxônica não se limitam à “introdução das letras”, por meio da tradição cristã, mas que ela remontaria aos tempos pré-cristãos do espaço anglo-saxônico e mesmo aos tempos pré-migratórios à Bretanha.

---

[8] *Vida do Rei Alfred*, cap. 106; ver KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.) *Alfred the Great: Asser’s life of King Alfred and other contemporary sources,* Londres: Penguin, 1983, p. 110.
[9] ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman, 1998, p. 222.
[10] Por *textos alfredianos* nos referimos às traduções/versões em inglês antigo de um grupo documental que incluiria, além da *Regula Pastoralis* de Gregório Magno (*Hierdeboc,* em inglês antigo) e a *Consolatio Philosophiae* de Boécio (o *Froferboc*), os cinquenta primeiros salmos, os *Solilóquios de Santo Agostinho* e o conjunto de leis dos tempos do rei Alfred (o *Domboc*).
[11] ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman, 1998, p. 236.
[12] STENTON, Sir Frank M. *Anglo-Saxon England,* Oxford: Oxford University Press, 1989, pp. 192-193.

Apesar de sua antiguidade, as evidências históricas que sobreviveram até nossos dias, e por meio das quais, em sua maior parte, se tornou possível conhecer tal produção poética, datam do mesmo *período alfrediano* que as versões das obras de Boécio e Gregório Magno ao idioma do inglês antigo. Em suma, será em finais do século IX e X que boa parte dessas obras poéticas são compiladas em manuscritos como nós as conhecemos, parte das inciativas intelectuais e culturais dos tempos do rei Alfred de Wessex e seus sucessores, Edward o Velho e Athelstan, no que podemos chamar de “renascimento alfrediano”.

Entre as obras que compõe o corpo poético em inglês antigo, nos chama a atenção o manuscrito *Cotton Vitellius AXV*, o *Manuscrito de Beowulf,* e em específico os poemas *Beowulf* e *Judite*. O poema *Judite* se trata de uma versão em inglês antigo da história bíblica de Judite e Holofernes e seu exército no qual, diferente da narrativa veterotestamentária original, a personagem de Judite é construída com maior destaque e heroísmo; como líder vitoriosa de seu povo contra a ameaça estrangeira e pagã frente aos hebreus. Em *Beowulf*, por sua vez, além da narrativa centrada nos feitos sobre-humanos do herói Beowulf, encontramos também elementos que – diferentemente do senso comum e da típica abordagem historiográfica, que vincula o poema exclusivamente a uma construção herdeira das lendas do período migratório e do universo mitológico nórdico – estariam ligados às concepções sociopolíticas da corte do reino de Wessex (e consequentemente Mércia, do *período alfrediano*) e as relações de aliança com grupos e indivíduos de origem, supostamente, escandinava.

Uma primeira reflexão sobre tal produção poética é a de que ela não seria fruto de um mero interesse artístico ou com o objetivo de simples entretenimento poético à aristocracia anglo-saxônica. Sua existência material poderia ser encarada como detentora de uma conexão às iniciativas desse “renascimento alfrediano”, que irá produzir tanto poemas como *Beowulf* e *Judite* quanto os *textos alfredianos* e a *Crônica Anglo-Saxônica* – a qual não seria concebida como simples registro histórico do período, mas como uma forma de propaganda política dos ideais alfredianos[13] – e na qual encontraremos possíveis paralelos com as fontes poéticas supracitadas. Como, por exemplo, o conjunto de entradas que se referem diretamente à filha do rei Alfred, Athelflæd de Mercia (conhecido como

[13] KONSHUH, Courtnay. *Warfare and Authority in the Anglo-Saxon Chronicle, c. 891 – 924*, Winchester: Universidade de Winchester (tese de doutorado), 2014.

“Anais de Athelflæd”), e sua atuação no campo administrativo-militar frente ao confronto contra invasores vikings.

Desta forma, seria possível enxergar tal produção poética como algo muito mais complexo, inserindo-a dentro de um cenário sociopolítico e cultural de reestruturação e consolidação do reino após as levas invasoras vikings e que buscavam legitimidade por parte da Casa de Wessex. Se utilizando de uma produção literária como mais um dos veículos de propagação de seus ideais e a busca, também, por uma identidade local do novo reino que surgia, unindo anglo-saxões e daneses, nos séculos IX e X.

Discursos na Inglaterra Alfrediana.

Ao levarmos em consideração todo o contexto sociopolítico e cultural do espaço inglês dos séculos XI e X que delineamos até agora, a proposta deste artigo é que tanto *Beowulf* quanto *Judite* teriam sido compostos não apenas como simples entretenimento poético ou rememoração de um passado idealizado e identitário (seja ele vinculado ao passado norte-europeu ou bíblico), mas que suas narrativas foram construídas e adaptadas com o objetivo de exaltação à casa régia de Wessex, a qual articulava as forças internas do território de domínio anglo-saxônico (a partir da região sul da Bretanha), e narrativas que seriam detentoras de elementos que seriam identificados pelo público da época como parte daquilo que autores como John Niles em sua obra *Homo Narrans* chamaria de “discurso ritualizado”[14] e Paul Kershaw em sua obra *Peaceful Kings* chama de “teatro da corte”[15].

Em uma análise inicial dessa produção poética vinculada ao *Manuscrito de Beowulf*, é possível pensá-la como um tipo de “espelho de príncipes”, o que não a distância da hipótese de seu perfil como panegírico dinástico; muito pelo contrário. Em pesquisa anterior, de nossa autoria, trabalhamos com a proposta de analisar a construção de um ideal e de uma prática de poder confeccionada e balizada pelo discurso das fontes teológicas e filosóficas vinculadas à corte de Wessex e sua responsabilidade dentro de seu processo histórico que resultará na constituição e administração de um reino da Inglaterra unificado em meados do século X.[16] Prática de poder “cristã” que não está

[14] NILES, John D. *Homo Narrans – The Poetics and Anthropology of Oral Literature*, Filadélfia: University of Pennsylvannia Press, 1999.
[15] KERSHAW, Paul. *Peaceful Kings – Peace, Power, and the Early Medieval Political Imagination*, Oxford: Oxford University Press, 2011.
[16] MEDEIROS, Elton O. S. “Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica”, *Mirabilia,* n. 13, 2011a, pp. 134-172.

desvinculada, mas se diferenciava da realeza “cristianizada” anterior ao século IX. É a partir de Alfred e com o fim dos ataques vikings que a ideia de uma hegemonia mais ampla e duradoura se desenvolve baseada na ideia de um único povo na Inglaterra, uma única fé e um único rei[17]. Assim, a chave para a análise da elaboração do ideal régio alfrediano estava na compreensão desta realeza do passado anglo-saxônico e suas reminiscências, a influência carolíngia e principalmente o cenário da Inglaterra após as invasões escandinavas que (depois das conquistas dos vikings sobre os demais reinos anglo-saxônicos) eliminou as demais casas régias pré-existentes o que possibilitou o surgimento em Wessex de um novo ideal de poder régio e uma nova hegemonia entre os anglo-saxões.

Desta maneira, fruto de tais iniciativas, o desenvolvimento de uma produção poética que refletia e auxiliaria a propagar os ideais de uma casa régia que buscava sua legitimação frente não apenas à população anglo-saxônica, mas também descendente dos invasores de origem escandinava que cada vez mais faziam parte do cenário político do período. Prezando por uma maior centralização do poder régio e uma reestruturação sociopolítica da aristocracia muito mais atrelada e submetida à figura do soberano. Ideal que poderia ser identificado através da documentação desta produção poética de perfil heroico como uma manifestação literária do pensamento político alfrediano e exaltação à linhagem da casa de Wessex através de *Beowulf*, e da figura de Athelflæd, filha de Alfred o Grande, através do poema *Judite*.

No que diz respeito aos textos do *Manuscrito de Beowulf*, é ainda comum uma abordagem mais tradicional sobre tais produções poéticas, visando atrelar suas narrativas a uma suposta herança nórdica e uma versão original livre de influências cristãs (no caso de *Beowulf*) ou como simples interpolação cristã e adaptação da narrativa bíblica (no caso de *Judite*), algo típico dos estudos do século XIX e ainda muito presente em algumas correntes de pesquisas[18]. Sendo assim, ao pensarmos em novas abordagens dos estudos atuais sobre o período e sua documentação, pensarmos em uma desconstrução e a reflexão sobre as reminiscências de tal paradigma Oitocentista.

Ao desconstruirmos tal paradigma, que relegava essas obras ao campo da curiosidade antiquária ou da preservação folclórica, abre-se espaço para compreendê-las

[17] Ideia inspirada em elementos na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda, que trata os povos anglos e saxões como sendo um único povo perante Deus.
[18] MEDEIROS, Elton O. S. “O que *Beowulf* tem a ver com Cristo? Reflexões sobre abordagem e problemática metodológica”, *Revista Signum*, n. 1, vol. 20, 2020, pp. 135 – 162.

como peças fundamentais de uma engrenagem ideológica deliberada. Sob essa nova lente, *Beowulf* e *Judite* deixam de ser lidos como ecos distantes de um suposto “paganismo residual” ou meras paráfrases bíblicas, revelando-se como discursos de vanguarda que serviram à consolidação da hegemonia de Wessex. Ao amalgamar o heroísmo germânico à moralidade cristã, a dinastia alfrediana dos séculos IX e X não apenas ofereceu modelos de conduta à sua aristocracia, mas também forjou uma narrativa de continuidade e destino providencial. Em última análise, a poesia heroica do manuscrito *Cotton Vitellius A. XV* poderia ter atuado como o suporte literário para a invenção de uma *Angelcynn* (a nação inglesa), transformando o passado mítico e o sagrado em ferramentas de legitimação para o projeto político de uma monarquia que pretendia ser, acima de tudo, unificada e soberana.

Legitimação e Produção Literária.

Ao abordarmos os poemas *Beowulf* e *Judite*, podemos estabelecer alguns questionamentos importantes como: a) O que tais fontes significam? b) O quanto um poema pode importar? c) Qual o tipo de função que uma narrativa deste tipo desempenha? d) Quais são as questões culturais para as quais narrativas desse tipo representam uma resposta? E talvez a mais importante: e) Por que alguém – ou um grupo de pessoas – decide se dar ao trabalho e dispender tempo e comprometer material com a escrita do que claramente parecem ser, a princípio, poemas inúteis como *Beowulf e Judite*? [19] Desta maneira, poderíamos dizer que ambos os poemas seriam “discursos ritualizados”.

Beowulf, como nós o conhecemos, poderia ser visto como parte de um longo processo de construção identitária que teria atingido seu clímax durante a formação do reino inglês no século X, suprindo e refletindo grandes necessidades coletivas de uma sociedade complexa que vinha passando por mudanças e culminando em um momento de grandes transformações. Como exemplo mais claro disso, temos o próprio manuscrito de *Beowulf*. Em sua forma escrita, o texto data em torno do ano mil, sendo esse texto uma cópia de uma versão prévia que certamente não é anterior ao início do século X.[20] Nesse período, os anglo-saxões já haviam sido cristianizados há quase quatrocentos anos, sendo, inclusive, uma cultura cristã desenvolvida o bastante para produzir nomes como Beda o

[19] NILES, John D. *Homo Narrans – The Poetics and Anthropology of Oral Literature*, Filadélfia: University of Pennsylvannia Press, 1999, p. 120 – 121.
[20] MEDEIROS, Elton. *Beowulf e outros poemas anglo-saxônicos (séculos VIII – X).* São Paulo: Editora 34, pp. 295 - 308

Venerável, Alcuíno de York, Ælfric de Eynsham, e responsável por missões no Continente, a criação de centros religiosos e, atrelado a isso, uma cultura literária escrita e vernácula também já existia por praticamente quase o mesmo período de tempo.

A partir da definição de John Niles, é importante esclarecer que por “discurso” devemos entender uma associação de significados ao lidar com determinado tema que permite abordagens sobre ele enquanto se estabelece um conjunto de relações entre um corpo de informações e um conjunto de normas comportamentais e práticas institucionais. E por “ritualizado”, aplicado a mitos, poemas heroicos e obras semelhantes, estaríamos falando em um estilo elevado de linguagem voltado principalmente para apresentações em público dentro de um ambiente e/ou ocasião especial que se associa à estética, ética e ideologia do rito e ao status e poder daqueles que tomam parte do ato. Assim, o “discurso ritualizado” pode ser entendido como um tipo de gênero de narrativa oral mais cerimonial, com um linguajar característico que claramente difere do coloquial. Nesse sentido, a forma de expressão oral do mito e da poesia heroica – da mesma forma que ocorre com orações religiosas e em fórmulas de práticas mágicas populares do mesmo período – é linguisticamente singular, de ritmo específico, com formulações ou dicção “arcaica”, com uso de paralelismo retórico, antíteses, pleonasmos, redundâncias, digressões e uma impostação de voz especial. Tais narrativas orais desempenhariam uma forma de interação social que combinaria o prazer da reunião de pessoas do público ouvinte com a articulação de crenças, valores e memórias coletivas que seriam de suma importância para o grupo. O intuito seria de evocar elementos de um passado que fosse detentor de estruturas mentais e sentimentos que estivessem articulados com o presente do grupo social, visando reforçar uma continuidade com esse passado e a legitimação da identidade do grupo.[21]

A ideia de construção de um passado legitimador que mescla o passado germânico, romano e bíblico pode ser encontrado em uma das obras mais importantes da Inglaterra anglo-saxônica: *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda o Venerável, no século VII – VIII, e mais tarde, de forma ideológica e politicamente articulada, nos

[21] NILES, John D. *Homo Narrans – The Poetics and Anthropology of Oral Literature*, Filadélfia: University of Pennsylvannia Press, 1999, p. 120 – 122.

textos frutos das reformas sociopolíticas do rei Alfred de Wessex e seus descendentes, nos séculos IX e X.[22]

No caso da produção poética, o início do poema *Beowulf*, logo em sua introdução, traz um bom exemplo de uma linhagem mítica surgindo através das palavras do poeta anônimo. Em seus versos de abertura encontramos:

> “Escutem! Ouvimos falar da glória dos guerreiros daneses dos dias de outrora, dos reis de sua tribo, de como aqueles príncipes realizaram feitos de coragem! Por diversas vezes **Scyld Scefing**[23] tomou os salões de hidromel que pertenciam a tropas inimigas de muitas tribos, aterrorizou guerreiros, ainda que a princípio se encontrasse sozinho. Para isso ele obteve auxílio e cresceu sob os céus, prosperou com grande honra até que cada uma das nações ao longo da costa — além do Caminho da Baleia— tivesse se submetido e pagasse tributo. Aquele foi um bom rei! Para ele veio depois um filho, jovem na corte, que Deus enviou para confortar o povo. Um grande sofrimento lhes abatia por terem permanecido sem um líder por tanto tempo. O Senhor da Vida, o Regente da Glória, concedeu-lhe grande renome: **Beowulf**,[24] o filho de Scyld, foi famoso, e seu nome se espalhou ao longe por todas as Terras do Norte.” (vv. 1 – 19; grifo nosso).[25]

Além do poema *Beowulf*, na Inglaterra dos tempos anglo-saxônicos temos outros dois documentos importantes nos quais a personagem de Scyld aparece de forma muito clara: a *Crônica Anglo-Saxônica*[26] e a *Crônica de Æthelweard*. Como é sabido pela historiografia, ambas relatam acontecimentos da história da Inglaterra anglo-saxônica. Porém, vale lembrar, a *Crônica de Æthelweard* seria uma versão inspirada na versão mais antiga da *Crônica Anglo-Saxônica.*[27]

Em ambas temos como ponto em comum o ano de 855, referente à linhagem do rei Æthelwulf, pai de Alfred o Grande. Além da presença dos nomes que também surgem em *Beowulf* (como Scyld e Scef) iremos encontrar uma construção genealógica da casa

[22] MEDEIROS, Elton O. S. “Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica”, *Mirabilia,* n. 13, 2011, p. 150 – 155.
[23] *Scyld Scefing*: “Scyld filho de Scef”.
[24] Este Beowulf não é o mesmo que será o herói homônimo da obra poética.
[25] Tradução nossa a partir do original em inglês antigo; cf. DOBBIE, Elliot Van Kirk. *Beowulf and Judith.* Anglo-Saxon Poetic Record 4, Nova York: Columbia University Press, 1953; cf. KLAEBER, Frederick. *Beowulf and the Fight at Finnsburg*, Boston: D. C. Heath, 1950.
[26] A *Crônica Anglo-Saxônica* relata ano a ano a história da Inglaterra, desde o nascimento de Cristo até meados do século XII. Sua organização como nós a conhecemos teria sido fruto das iniciativas ocorridas na corte do rei Alfred o Grande, no final do século IX. Atualmente são conhecidas sete versões da *Crônica*, com pequenas discrepâncias entre si, sendo a versão mais antiga o Manuscrito A ou também conhecido como Manuscrito de Winchester (Cambridge, *Corpus Christi College* MS 173, ff. Iv – 32r). Cf. SWANTON, Michael. *The Anglo- Saxon Chronicle*. Londres: Dent, 1996.
[27] Para maiores detalhes, cf. CAMPBELL, Alistair (ed. trad.). *Chronicon Æthelweardi*, Londres: Thomas Nelson & Son, 1962, p. ix – xliv.

real de Wessex, remontando aos ancestrais mais famosos (como Ingild, Ine e Cerdic), a personagens lendárias e míticas (como Woden e Geat) e sua união às personagens do passado bíblico. Reunindo a ancestralidade de Æthelwulf ao passado mítico e histórico dos anglo-saxões e à História Sagrada do Cristianismo:

> E dois anos após ter retornado da França, ele morreu, e seu corpo foi sepultado em Winchester, e ele havia reinado por 18 anos e meio. E Æthelwulf era o filho de Egbert, o filho de Ealhmund, o filho de Eafa, o filho de Eoppa, o filho de Ingild. Ingild era irmão de Ine, rei dos Saxões do Oeste, que manteve o reino por 37 anos e que mais tarde foi para junto de São Pedro e findou sua vida lá. E eles eram filhos de Cenred. Cenred era o filho de Ceowold, o filho de Cutha, o filho de Cuthwine, o filho de Ceawlin, o filho de Cynric, o filho de Creoda, o filho de Cerdic. Cerdic era o filho de Elesa, o filho de Esla, o filho de Gewis, o filho de Wig, o filho de Freawine, o filho de Freothogar, o filho de Brand, o filho de Bældæg, o filho de Woden, o filho de Frealaf, o filho de Finn, o filho de Godwulf, o filho de Geat, o filho de Tætwa, o filho de **Beaw**, o filho de **Sceldwa**, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de **Sceaf**, i.e. o filho de Noé. Ele nasceu na arca de Noé. Lamech, Methuselah, Enoch, Jared, Mahalaleel, Cainan, Enos, Seth, Adão o primeiro homem e nosso pai, i.e. Cristo. (Amém.) – *Crônica Anglo-Saxônica* [28]

> Assim, rei Æthelwulf morreu após um ano, e seu corpo descansa na cidade de Winchester. O rei citado era filho do rei Ecgbyrht, e seu avô era Ealhmund, (...) seu tetravô Cerdic, que foi o primeiro a possuir as partes ocidentais da Bretanha após ter derrotado os exércitos dos bretões, e seu pai era Elesa, o avô Esla, o bisavô Gewis, o tataravôWig, o tetravô Freawine, seu sexto pai Frithogar, o sétimo Brond, o oitavo Balder, o nonoWoden, o décimo Frithowald, o décimo primeiro Frealaf, o décimo segundo Frithowulf, o décimo terceiro Fin, o décimo quarto Godwulf, o décimo quinto Geat, o décimo sexto Tetwa, **o décimo sétimo Beo(w), o décimo oitavo Scyld, o décimo nono Scef. E este Scef chegou com um barco pequeno na ilha do oceano que é chamada Scane(y), com armas em torno de si, ele ainda um jovem garoto, e desconhecido para o povo daquela terra. Mas ele foi recebido por eles, e acolhido por eles, e o aclamaram rei; e desta família se origina a descendência do rei Æthelwulf**. – *Crônica de Æthelweard* [29]

O caso se torna ainda mais intrigante ao analisarmos outra fonte, contemporânea à *Crônica Anglo-Saxônica*: a *Vida do Rei Alfred*, de Asser; monge de origem galesa que

[28] WHITELOCK, Dorothy. *The Anglo-Saxon Chronicle,* London, 1961, p. 44 (grifo nosso).
[29] CAMPBELL, Alistair. *Chronicon Æthelweardi*, Londres: Thomas Nelson & Son,1962, p. 32-33 (grifo nosso); além dos nomes, a narrativa do rei que vem de além-mar ainda criança é praticamente idêntica a encontrada no poema *Beowulf*, versos 43 – 46.

teria vivido na corte de Wessex durante o governo de Alfred. Segundo a genealogia descrita pelo autor:

> Sua linhagem é organizada desta forma: Rei Alfred era filho do Rei Æthelwulf, o filho de Egbert, Æthelwulf era o filho de Egbert, (...), o filho de Cynric, o filho de Creoda, o filho de Cerdic, o filho de Elesa, o filho de Gewis (devido ao qual os galeses chamaram toda aquela raça de *gewisse*), o filho de Brand, o filho de Bældæg, o filho de Woden, o filho de Frithuwald, o filho de Frealaf, o filho de Frithuwulf, o filho de Finn, o filho de Godwulf, o filho de Geat (a quem os pagãos adoraram por muito tempo como um deus), (...) o filho de Tætwa, o filho de **Beaw**, o filho de **Sceldwa**, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de **Seth**, o filho de Noé, o filho de Lamech, o filho de Methuselah, o filho de Enoch (filho de Jared), o filho de Mahalaleel, o filho de Cainan, o filho de Enos, o filho de Seth, o filho de Adão – *Vida do Rei Alfred*.[30]

Sendo assim, reunindo as fontes elencada e as genealogias existentes nelas, poderíamos estabelecer o seguinte quadro comparativo referente aos nomes presentes em tais genealogias:[31]

Crônica Anglo-Saxônica	***Crônica de Æthelweard***	***Vida do Rei Alfred***	***Beowulf***
Noé		Noé	
Sceaf	**Scef**	**Seth**	**Scef**
Bedwig		Bedwig	
Hwala		Hwala	
Hrathra		Hrathra	
Itermon		Itermon	
Heremod		Heremod	
Sceldwa	**Scyld**	**Sceldwa**	**Scyld**
(...)	(...)	(...)	(...)
Beaw	**Beo**	**Beaw**	**Beowulf**
Tætwa	Tetuua	Tætwa	Healfdene
Geat	Geat	Geat	Hrothgar
Godwulf	Goduulf	Godwulf	etc.
Fin	Fin	Fin	
Friduwulf	Frithouulf	Friduwulf	
Frealaf	Frealaf	Frealaf	
Friduwald	Frithouuald	Friduwald	
Woden	Vuothen	Woden	

[30] KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.) *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources,* Londres: Penguin, 1983, p. 67 (grifo nosso).
[31] MEDEIROS, Elton O. S. “A linhagem perdida de Scef: genealogias mítico-históricas na Inglaterra e Escandinávia & a tradução do prólogo da *Edda* de Snorri Sturluson”, *Revista Signum,* n. 3, vol. 16, 2015, pp. 46 – 77.

etc.	etc.	etc.	

Tomando esta relação genealógica como ponto de partida, seria possível analisar *Beowulf* como uma evidência dessa mescla entre anglo-saxões e escandinavos – e seus descendentes daneses – que se tornaram os alicerces para o novo reino inglês que surgia na primeira metade do século X. Como podemos encontrar na documentação de um dos éditos do rei Athelstan de cerca de 924 – 933, vinculado ao monastério de New Minster, na cidade de Winchester, onde encontramos o rei apresentado como: *Æðelstani Angelsaxonum Denorumque gloriosissimi regi* (“Athelstan, o mais glorioso rei dos Anglo-Saxões e Daneses”)[32]; ou na *Crônica Anglo-Saxônica*, referente ao ano de 942, no poema *A Captura das Cinco Cidadelas*[33] no qual fica muito evidente que ocorre uma diferenciação entre quem seriam os inimigos vikings invasores identificados como *Norðmannum* (“homens do norte”) e *hæþenra* (“pagãos”), e os aliados *Dæne/Dena* (“daneses”) de origem escandinava a serem resgatados.

O que teríamos seria um reino composto por uma aristocracia “anglo-danesa” que compreenderia a história da linhagem dos Scyldingas em *Beowulf* e reconheceria a mesma na genealogia de seu rei, sendo algo significativo o bastante para servir como um mito de origens tanto em um poema quanto na genealogia da Casa de Wessex. Assim, o texto que se encontra no *manuscrito de Beowulf* serviria aos propósitos dessa nova sociedade como uma fonte de um passado comum a todos os seus habitantes e de exaltação à linhagem dos reis de Wessex, além dos demais elementos a serem analisados dentro da narrativa da obra.

O poema *Judite*, por sua vez, é baseado no livro do Velho Testamento da Vulgata, mas em nenhum momento a obra em inglês antigo tenta ser uma reprodução poética em vernáculo do texto bíblico. Ele se utiliza dos principais elementos da narrativa original e os reconstrói dentro do contexto e dos elementos da produção poética do período. No poema podemos encontrar idealizações culturais e religiosas da sociedade

[32] Sawyer, Charters, n° 1417 (924 – 933); cf. *Eletronic Sawyer: Online Catalogue of Anglo-Saxon Charters*, disponível em: < http://esawyer.org.uk >; FOOT, Sarah. *Æthelstan – the first king of England*, Londres: Yale University Press, 2012, p. 116 – 117.

[33] O poema se refere ao ano de 942, durante o governo do rei Edmund (irmão do rei Athelstan), quando ele conquista as regiões de Leicester, Lincoln, Nottingham, Stamford e Derby, ao norte do reino de Mercia, que estavam sob controle de invasores vikings; cf. SWANTON, Michael (trad. e org.) *The Anglo-Saxon Chronicle*, Londres: Dent, 1997, p. 110.

anglo-saxônica. Por exemplo, no texto em inglês antigo, após o ataque dos hebreus sobre os assírios, é dito que:

> “Como recompensa, o destemido guerreiro trouxe de volta para ela da expedição a espada e o sangrento elmo de Holofernes, assim como sua grande cota de malha adornada de ouro vermelho; e tudo que o implacável senhor dos guerreiros possuía de riquezas ou bens pessoais, de anéis e de belos tesouros, eles deram para aquela iluminada e astuta dama” (*Judite*, vv. 334-341).

Enquanto a Bíblia diz apenas que: “Deram a Judite a tenda de Holofernes, toda a sua prataria, os leitos, as vasilhas e todos os seus móveis” (Judite 15, 11).

Infelizmente o início e o final do poema em inglês antigo estão perdidos e apesar das conjecturas a este respeito dificilmente iremos descobrir – baseados na pouca evidência que temos na atualidade – qual seria a verdadeira extensão do texto. Mesmo assim, tomando como referencial a fonte como a conhecemos e a maneira como foi reelaborada a história de Judite em inglês antigo, é clara a influência da hermenêutica cristã e da interpretação patrística do livro de Judite e os modelos da hagiografia latina. [34]

Uma das características principais do poema *Judite* é o fato de que sua personagem principal seja uma mulher. Diferentemente de muitas obras voltadas a narrativas heroicas da poesia anglo-saxônica, não é uma figura masculina que serve de ponto central para a história. E é exatamente isso que faz do poema e de sua personagem algo único entre as obras literárias do período. Personagens femininas estão presentes em outros poemas em inglês antigo. Temos, por exemplo, as rainhas Wealhtheow, Hildebuhr e Modthrytho em *Beowulf* [35], mas o caso de Judite seria diferente.

Em uma corrente mais tradicional de estudos a respeito da poesia heroica anglo-saxônica tais personagens femininas costumeiramente seriam vistas como parte de um papel secundário da narrativa. No caso de *Beowulf* elas seriam interpretadas como imagens aristocráticas idealizadas e símbolos de nobreza e moralidade, tradição e de uma cultura de corte (no caso da personagem de Wealhtheow, esposa do rei Hrothgar); instrumentos de relacionamento político com outros reinos e tribos – através de matrimônio entre grupos rivais – e elegia (como a personagem de Hildebuhr), e exemplos

[34] ROSSER, Susan. “Judith” in: LAPIDGE, Michael. *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*, Oxford: Blackwell, 2004, p. 263-264.
[35] Encontraremos também, por exemplo, Helena, mãe do imperador Constantino o Grande, no poema religioso apologético *Elena*; o poema hagiográfico *Juliana* ou ainda a personagem anônima do poema elegíaco *O Lamento da Esposa*.

de comportamento feminino apropriado e aceito por tais sociedades (ou o oposto: comportamento social inaceitável para uma mulher, representado pela personagem da temida e impetuosa rainha Modthrytho em *Beowulf*, vv. 1925-1962).

Podemos dizer que essa concepção de uma personagem feminina anglo-saxônica passiva e submissa possa derivar em grande medida da ideia de que o único modelo de moral aceitável para eles (anglo-saxões ou para a mulher da Cristandade medieval de forma geral) era a figura da Virgem Maria. Assim, o papel principal da mulher anglo-saxônica, por esta convenção, seria se submeter a uma postura de passividade e se dedicar ao talento de ser capaz de “tecer a paz”[36] (principalmente como esposa em uma corte estrangeira), um ideal que seria preenchido perfeitamente pelo arquétipo social e religioso da Virgem.

Na interpretação teológica da patrística a principal virtude da Virgem Maria é sua anuência incondicional dos planos de Deus, o que a torna o exato oposto, por exemplo, da figura de Eva. A personagem de Eva no livro do Gênesis é aquela que se rebela contra a vontade divina, Maria é aquela que se submete ao Senhor; Eva é loquaz, Maria é o modelo do silêncio, entre outros exemplos. Através dessa interpretação viria o ideal da “passividade feminina”[37]. Entretanto, as manifestações da Virgem Maria ao longo da Alta Idade Média não são exatamente, ou melhor, não são sempre representadas por meio de um ser gentil e pacífico, como viria a ser assumido como uma regra geral. Não são raros os casos em que ela surge como uma “corajosa mulher”, encorajando seus seguidores à vitória em combate. Por exemplo, quando sua imagem apareceu nas muralhas de Constantinopla e encorajou os soldados, os auxiliando a salvar a cidade durante o cerco de 626 pelos ávaros. Após a vitória, coros entoavam o hino *Akathistos* em homenagem à Mãe de Deus, com uma nova abertura composta pelo Patriarca de Constantinopla, dando-lhe crédito pelo feito: “Eu, vossa cidade, atribuo a vós, Mãe de Deus, poderosíssima comandante, o preço da vitória, e dou-vos graças por nossa libertação de uma terrível calamidade”.[38]

---

[36] *freoðuwebbe*: do inglês antigo, “tecelã da paz” (*Beowulf*, vv. 1942); este é um epíteto muito comum dentro da poesia anglo-saxônica e que reflete a função destas mulheres dentro da narrativa. Elas costumavam representar um acordo de paz entre dois grupos, tribos ou reinos, em que a filha de um líder é entregue como noiva ao filho do outro líder, selando o acordo. Entretanto, dentro da literatura, tais acordos costumam sempre terminar de forma trágica.

[37] LEYSER, Henrietta. *Medieval Women: A Social History of Women in England 450 – 1500*. St Helen: Phoenix Press, 2002, p. 62.

[38] ANGOLD, Michael. *Bizâncio: A Ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 48.

Na Inglaterra Anglo-Saxônica o culto à Virgem Maria se desenvolveu cedo, possivelmente por meio da influência de Teodoro de Tarso, arcebispo de Canterbury, em *c.* 667, e sua “Escola de Canterbury”.[39] Na literatura em inglês antigo ela é retratada em muitos textos em momentos e papéis de extrema importância, mas – o que é interessante – não exatamente como um modelo de passividade e submissão. Por exemplo, no poema *Cristo I*, a respeito de sua gravidez e do nascimento de Jesus, o texto em inglês antigo diz: “você, com suas virtudes sagradas, é Senhora das hostes celestes e dos desígnios terrenos daqueles sob os céus e dos que habitam o Inferno” (*Cristo I*, vv. 284-286).

No caso do poema *Judite*, fica evidente que a noção tradicional do papel de uma personagem feminina dentro dos paradigmas de “passividade virginal” e “tecelã da paz” não se aplicam. Ao invés disso, o que temos é uma imagem muito mais próxima à manifestação da Virgem Maria da Alta Idade Média como uma líder de seu povo sob a vontade de Deus. Diferentemente de outros textos, em *Judite* nós temos a figura de uma mulher como protagonista enquanto os representantes masculinos permanecem nos bastidores como meros personagens coadjuvantes. A única exceção é a personagem de Holofernes, uma vez que ele serve como o antagonista da trama, representando tudo que seria avesso a Judite e ao que ela representa. Além disso, exceto por Judite e Holofernes, nenhuma das outras personagens que aparecem no poema são nomeadas ou identificadas com clareza. Na verdade, não são nem mesmo representados como indivíduos. Eles são identificados apenas como grupos: os hebreus e os assírios.

É quase impossível não recordar – intencionalmente ou não – ao se deparar com essa representação de Judite contra o exército assírio dos ataques vikings à Inglaterra e a defesa do reino de Mercia, liderada pela personagem histórica de Æthelflæd, a “Senhora dos Mercios”.

Assim como ocorre na poesia anglo-saxônica, as fontes dos tempos das incursões vikings – especificamente, a *Crônica Anglo-Saxônica* – geralmente estão centradas em personagens masculinas, como o rei Alfred e rei Edward. Porém, há uma série de passagens do início do século X, presentes em três das versões da *Crônica Anglo-Saxônica*, conhecidas como “Crônica de Æthelflæd”.[40] Como o nome sugere, tais

[39] BISCHOFF, Bernhard & LAPIDGE, Michael. *Biblical Commentaries from the Canterbury School of Theodore and Hadrian,* Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

[40] Versões B, C e D. Existem sete versões conhecidas da *Crônica Anglo-Saxônica*, chamadas respectivamente de versões A, B, C, D, E, F e G. Até o reinado de Alfred os relatos são esparsos e muitas vezes confusos, informando apenas os nomes de imperadores romanos, santos, papas e mais tarde os

passagens têm por foco a figura de Æthelflæd – filha de Alfred de Wessex e esposa de Æthelred, lorde soberano de Mércia à época do reinado de Alfred – e sobre seu período à frente do governo de Mércia. É possível dizer sem maiores dúvidas que este seria o mais longo e atencioso relato existente em toda a *Crônica Anglo-Saxônica* referente a uma mulher.[41]

As passagens na *Crônica* reconhecidas como “Crônica de Æthelflæd” se encontram entre os anos de 902 até 924, sendo os anos de 909 a 919 os mais importantes. Ainda que muitas vezes sejam passagens lacônicas, sem maior desenvolvimento narrativo, elas estão tematicamente conectadas. Começando com a morte de Ealhswith – viúva do rei Alfred e mãe de Æthelflæd – em 902, e terminando com a ascensão de Athelstan – seu sobrinho, filho do rei Edward – como rei escolhido pelos mércios em 924.

No âmbito do contexto histórico da época – indo além dos arquétipos literários da poesia em inglês antigo – a guerra, com todas as suas implicações sociais era vista como algo vinculado essencialmente ao universo do masculino. Ainda que existam alguns poucos relatos de presença feminina envolvidas com guerras, mulheres eram consideradas como integrantes secundárias de grandes exércitos.[42] Mesmo assim, enquanto o linguajar e os ideais de uma cultura guerreira presentes nos textos sejam considerados masculinos, existem exceções. O que demonstra que o que temos é um sistema de valores e não exatamente uma representação da realidade. Tais construções textuais tinham o objetivo de servir para reforçar anseios de uma sociedade que buscava viver através de tais códigos de conduta. Entretanto, tais códigos não eram tão rígidos a ponto de servir como prisões ao comportamento social. Caso contrário, seria praticamente impossível a existência de uma personagem como Judite ou de Æthelflæd nessas mesmas

primeiros reis saxões a se fixarem na Inglaterra. Durante o governo de Alfred há uma melhor organização dos registros; isto ocorrendo em torno do ano de 890, marcando justamente um momento de grande ascensão da casa de Wessex. Isto pode ser verificado ao lermos a *Crônica*, pois os relatos do governo de Alfred e posteriores passam a ser mais precisos dos que aqueles que os antecedem. Para uma discussão mais ampla sobre as diferentes versões da *Crônica Anglo-Saxônica* ver SWANTON, Michael. *The Anglo-Saxon Chronicle*. Londres: Dent, 1996, p. xi – xxxv.

[41] STAFFORD, Pauline. “The Annals of Æthelflæd: Annals, History and Politics in Early Tenth-Century England” in: BARROW, Julia & WAREHAM, Andrew. *Myth, Rylership, Church and Charters: Essays in Honour of Nicholas Brooks*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 101 – 116.

[42] Na *Crônica Anglo-Saxônica,* referente ao ano de 893, nota-se a descrição da presença de mulheres e crianças com os vikings em Benfleet. A importância de realizar tal registro sobre sua captura por anglo-saxões e seu translado para Londres (talvez para serem vendidas como escravas) sugere que ainda que tal informação sobre elas pudesse ser uma exceção na fonte, sua presença com um exército não era; cf. LAVELLE, Ryan. *Alfred’s Wars: Sources and Interpretations of Anglo-Saxon Warfare in the Viking Age*. Woodbridge: Boydell Press, 2010, p. 13.

fontes. Sendo assim, uma pergunta pertinente – realizada originalmente pelo historiador Ryan Lavelle – é como a filha do rei Alfred o Grande era vista por seus contemporâneos?[43]

É interessante notarmos que o termo em inglês antigo *hlæfdige* (“dama” ou “senhora” em português), o feminino de *hlaford* (“senhor”), foi utilizado para se referir a Æthelflæd na documentação da época, sugerindo que enquanto os mércios não podiam consagrá-la abertamente com o título de “rainha” (*cwen*, em inglês antigo), devido as relações de poder desvantajosas com o reino de Wessex, seu status era claramente reconhecido como tal. Em inglês antigo, o termo *hlaford* detém claramente conotações políticas, pois se refere àquele que possui poder de terras e homens.[44] A partir do uso em tempos posteriores do título em evidências textuais, por exemplo, a rainha Emma[45], podemos presumir que o termo adquire conotações régias e, como filha do rei Alfred e descendente de uma ramificação da casa real de Mércia, Æthelflæd podia utilizar de tal termo sem nenhum problema.

Nas evidências textuais, ainda que não exista nenhuma evidência concreta de que Æthelflæd tenha alguma vez se feito presente no campo de batalha, ela está claramente vinculada com as campanhas militares nas regiões de ocupação escandinava na Inglaterra e, principalmente, as atividades do exército de Mércia: a construção de fortalezas e cidadelas (os *buhrs*), seu ataque de retaliação contra os galeses, sua tomada de regiões fortificadas sob o controle de vikings, entre outras ações, como podemos ver na *Crônica Anglo-Saxônica*:

> 912. Aqui, na sagrada véspera da Exaltação da Santa Cruz, Æthelflæd, Senhora dos Mercios,[46] veio a Scergeat e construiu uma fortaleza lá, e nesse mesmo ano outra em Bridgnorth.
> 913. Aqui, com a ajuda de Deus, Æthelflæd, Senhora dos Mercios, foi com todos os mercios para Tamworth, e então construiu uma fortaleza lá no início do verão, e depois em Stafford antes do *Lammas* (festival da colheita).

[43] LAVELLE, Ryan. *Alfred’s Wars: Sources and Interpretations of Anglo-Saxon Warfare in the Viking Age*. Woodbridge: Boydell Press, 2010, p. 13 – 14.
[44] *Hlaford* (“lorde”) é derivado do termo *hlaf* (“pão”; que dá origem à palavra “loaf” em inglês moderno). *Hlaford,* de forma bem genérica, significaria aquele que daria pão, sustento, a outro. Portanto, um “lorde” é alguém que tem poder para alimentar outros pois estes o servem (camponeses, guerreiros). Logo, o termo não é uma simples forma de tratamento aristocrático, mas possui sérias implicações sociopolíticas na dinâmica do que era a sociedade anglo-saxônica dos séculos X e XI.
[45] KEYNES, Simon (trad.) *Encomium Emmae Reginae*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
[46] *Æthelflæd, myrcna hlæfdige,* i.e., “Æthelflæd, senhora/‘rainha’ dos mércios”.

> 914. E aqui, no ano seguinte, foi feita a fortaleza de Eddisbury no início do verão; e mais tarde no mesmo ano, durante os tempos da colheita, aquela outra em Warwick (...).
> 916. Aqui, antes dos meados do verão, em 16 de junho, o abade Ecgberht, inocente de culpa, foi morto com seus companheiros. No mesmo dia era o festival de São Ciro o mártir. E três dias depois Æthelflæd enviou um exército para Gales e derrubou Brecon Mere, e lá capturou a esposa do rei (...).[47]

Em ambos os casos, tanto no poema do *Cotton Vitellius A. XV*, *Judite*, quanto na *Crônica Anglo-Saxônica*, temos uma personagem feminina representada como uma líder de exércitos frente a um inimigo retratado como cruel. Em segundo lugar, o que chama a atenção, ambas as fontes são do mesmo período da história anglo-saxônica, fins do século IX – X. Além disso, nos dois textos é possível encontrarmos elementos do inglês antigo característicos dos dialetos de Mércia e Wessex.[48] Um conjunto de elementos no mínimo fascinantes se lembrarmos das características gerais mais tradicionais desse tipo de fonte da época (i.e. centradas em figuras masculinas). E assim podemos constatar que, ao mesmo tempo, durante o século X, auge do *período alfrediano*, dois textos decidem descrever mulheres com características similares e desempenhando funções quase idênticas vinculadas ao âmbito heroico e militar. Fato extremamente curioso para ser talvez uma mera coincidência.

Considerando essa hipótese, de que a existência de tais narrativas não seria um mero acaso, o relacionamento entre a personagem principal de *Judite* e o relato sobre Æthelflæd não seria assim algo tão surpreendente, pensando esses textos como o produto ou consequência das produções literárias do *período alfrediano* dos séculos IX – X. Em uma análise mais apurada sobre a linguagem e as fórmulas narrativas para a construção textual usadas na *Crônica Anglo-Saxônica*, é possível notar que a utilização de tais elementos demonstra que cada conjunto de anais foi composto sob circunstâncias específicas, e que as narrativas refletem os objetivos do governante corrente na época, legitimando o soberano e justificando suas práticas políticas, e encorajando seus súditos a se submeterem a essas práticas. Principalmente as partes mais conhecidas que foram produzidas durante os reinados de Alfred o Grande, Edward I e Æthelflæd.[49] Ao mesmo

[47] SWANTON, Michael (trad. e org.) *The Anglo-Saxon Chronicle*, Londres: Dent, 1997, p. 96 – 100.
[48] GREENFIELD, Stanley B. & CALDER, Daniel G. *A New Critical History of Old English Literature*, Nova York: New York University Press, 1986.
[49] KONSHUH, Courtnay. *Warfare and Authority in the Anglo-Saxon Chronicle, c. 891 – 924*, Winchester: Universidade de Winchester (tese de doutorado), 2014.

tempo, o uso de um discurso político-teológico durante os tempos alfredianos – baseado especialmente no Velho Testamento e na ideia de uma divindade vitoriosa manifesta através da imagem de um “Senhor dos Exércitos” – não seria de todo estranho, muito pelo contrário.[50] A ideia dos anglo-saxões como um “Novo Povo Escolhido”, como um “Novo Israel”,[51] era muito presente nas elaborações políticas ou, como Paul Kershaw chama, na “imaginação política” do período.[52]

Neste sentido, seria possível estabelecer uma conexão importante entre os textos a respeito de Æthelflæd e a personagem descrita em inglês antigo no poema *Judite*: a elaboração de uma identidade, para refletir uma teologia-política distinta, que se utilizaria de tropos de exceção e de exclusão para demarcar em tais narrativas uma fronteira entre os anglo-saxões e seus inimigos.[53]

Assim, se lermos a *Crônica Anglo-Saxônica*, a “Crônica de Æthelflæd”, *Judite* e o poema *Beowulf*, como fontes nas quais está presente a intertextualidade de um discurso com um propósito, uma mensagem para seus leitores e ouvintes, poderíamos interpretá-los como “discursos ritualizados”, seguindo o conceito de John D. Niles, citado anteriormente.[54]

Tais textos poderiam ser vistos como formas de expressar uma ideologia capaz de inspirar súditos leais e governos mais harmoniosos ao estabelecerem um sentimento de identificação entre seu público. Através do que pesquisadores como David Pratt chamam de “o teatro da corte”.[55] Nesse sentido, textos de perfil legislativo e de regulamentação social e outros que estivessem ligados à figura régia se tornariam também exemplos de “discursos ritualizados”, voltados à demonstração e legitimação da autoridade do governante e também da elaboração de uma identidade comum da sociedade em questão; ao menos entre os indivíduos vinculados ao ambiente aristocrático.

[50] MEDEIROS, *Dominus exercituum: política, poesia heroica e narrativa bíblica durante o período alfrediano*. São Paulo: Universidade de São Paulo (tese de doutorado), 2011.
[51] MEDEIROS, Elton O. S. “Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica”, *Mirabilia,* n. 13, 2011, p. 134 – 172.
[52] KERSHAW, Paul. *Peaceful Kings – Peace, Power, and the Early Medieval Political Imagination*, Oxford: Oxford University Press, 2011.
[53] ZACHER, Samantha. *Rewriting the Old Testament in Anglo-Saxon Verse*. London: Bloomsbury, 2013, p. 123.
[54] NILES, John D. *Homo Narrans – The Poetics and Anthropology of Oral Literature*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1999, p. 120 – 121.
[55] PRATT, David. *The Political Thought of King Alfred the Great*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Considerações.

O principal objetivo deste artigo foi desenvolver uma reflexão ao analisar os elementos sociopolíticos e culturais nos quais se desenvolveram os poemas heroicos compostos em inglês antigo presentes no *Manuscrito de Beowulf* (*Cotton Vitellius A. XV.*), intitulados *Beowulf* e *Judite*, juntamente à análise da *Crônica Anglo-Saxônica* (com enfoque no conjunto de registros conhecido como “Crônica de Æthelflæd”). Mais do que uma conclusão definitiva, a intenção aqui é fomentar uma proposta interpretativa: a de que estas obras não são apenas remanescentes literários, mas peças fundamentais na construção de um ideal de poder régio na Inglaterra dos séculos IX e X. E, principalmente, como a produção poética heroica de obras como *Beowulf* e *Judite* esteve vinculada à apropriação e adaptação de tradições germânicas e cristãs para os propósitos políticos da Casa de Wessex, configurando-se como autênticos panegíricos dinásticos. A partir desse viés interpretativo, tais narrativas auxiliaram na propagação de ideais atrelados às transformações das relações de autoridade nas esferas social, militar e administrativa, contribuindo decisivamente para a propaganda da hegemonia de Wessex que culminará no projeto de unificação do território inglês em meados do século X.